

INFORMAÇÃO RM.026/2018/09/11**De:** Rui Marrafa**Para:** Chefe de Div – Eng Vítor Carvalheira**Referência:** -**Localização:** -**Assunto:** Aprovação do Relatório de Ponderação do período de Discussão Pública e da Versão Final da Alteração Pontual do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE)

Considerando que:

1. O Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas (RERAE) aprovado pelo DL n.º 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, prevê:
 - a) A regularização de estabelecimentos e explorações à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública;
 - b) A regularização da alteração ou ampliação dos estabelecimentos ou instalações que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.
2. No âmbito do RERAE, foram apresentados 5 (cinco) pedidos de regularização, devidamente instruídos, conforme determina o artigo 5.º do RERAE, com deliberações fundamentadas de reconhecimento do interesse municipal na regularização do estabelecimento ou instalação, emitidas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, das quais 2 (duas) foram objecto de conferência decisória com parecer final favorável condicionado.
3. Realizadas as respetivas conferências decisórias, conforme determina o artigo 9.º do RERAE, os pedidos de regularização requeridos, respetivamente, por Baluarte – Sociedade de Recolha e recuperação de desperdícios, Lda., actualmente designada por Saica Natur Portugal, Lda. e Hortícolas Saturnino, Lda., referentes aos estabelecimentos ou instalações localizadas no Parque Industrial do Batel e na CM 1004 (Estrada Real) – Pinheiro do Marco, foram objeto de deliberação favorável condicionada, tendo sido fixadas as medidas corretivas e de minimização a adotar.
4. No caso de deliberação favorável condicionada que tenha por pressuposto a desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares, a entidade competente deve promover a alteração, revisão ou elaboração do instrumento de gestão territorial em causa, em conformidade com o determinado no n.º 1 do artigo 12.º do RERAE.
5. De acordo com o n.º 1 do artigo 115.º do novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do DL n.º 80/2015 de 14 de maio, os planos territoriais podem ser objecto de alteração.
6. Dando sequência ao procedimento previsto no RERAE, nos termos do artigo 12.º, a Câmara Municipal na Reunião de 30 de maio de 2018 deliberou dar início ao procedimento de “Alteração do Plano Diretor Municipal – Adequação ao Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas”.

7. Para efeitos de proposta de Alteração do PDM, nos termos previstos no artigo 11.º do RERA, foram enquadradas as deliberações das respectivas Conferências Decisórias, nas quais se ponderaram os interesses previstos, obtendo-se decisão favorável condicionada.
8. Foi considerado o interesse público municipal na regularização dos estabelecimentos através de deliberações fundamentadas, emitidas pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em 22 de setembro de 2015 e 29 de fevereiro de 2016.
9. As situações objeto das deliberações identificadas no ponto anterior carecem de regularização urgente pendentes do enquadramento nos instrumentos de gestão territorial, considerando que as empresas se encontram sujeitas a sanções, sem prejuízo de futuras alterações para enquadramento de outros processos no âmbito do RERA, actualmente em curso sob coordenação de entidades externas à Câmara Municipal.
10. De acordo com o artigo 10.º do RERA, e expresso nas respectivas Conferências Decisórias, foram ponderados os impactos da manutenção dos estabelecimentos, designadamente em matéria de gestão ambiental.
11. As alterações ao PDM não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos previstos no n.º 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 5 de maio, havendo assim lugar à exclusão da avaliação ambiental, conforme resulta do disposto nos n.º 2 e 4 do artigo 12.º do RERA.
12. De acordo com indicação da CCDRLVT, tratando-se da adequação de um instrumento de gestão territorial decorrente da deliberação de uma Conferência Decisória no âmbito do RERA, de sentido favorável ou favorável condicionado nos termos daquela disposição, tem sido entendimento que face ao n.º 2 do artigo 12.º do RERA, que o procedimento não inclui qualquer fase de acompanhamento ou de apreciação.
13. De acordo com o n.º 2 do artigo 12.º do RERA, a alteração, revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial está sujeita às regras de aprovação, publicação e depósito fixadas no RJGT em vigor, **“não sendo aplicável os demais trâmites previstos neste regime”**, incluindo a respectiva avaliação ambiental.
14. Ainda de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 12.º do RERA, a alteração, revisão ou a elaboração dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERA está sujeita a discussão pública pelo prazo de 15 (quinze) dias.
15. As propostas de alteração ao PDM no âmbito do RERA serão identificadas nas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, consistindo na numeração e correspondência às atividades com processos RERA, incluindo identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT, conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011, de 22 de junho.
16. Na sequência da informação RM.015/2018/05/24, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do RJGT, com as devidas adaptações determinadas pelo n.º 2 do artigo 12.º do RERA, foi efectuado o período de discussão pública do projeto de alteração ao plano diretor municipal.
17. Deste período de discussão pública para a proposta de Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas, em 12 de julho de 2018 deu entrada por mail uma participação em nome de Baluarte – Sociedade de Recolha e recuperação de desperdícios, Lda., actualmente designada por Saica Natur Portugal, Lda., apresentando diversas observações e sugestões de alteração.
18. Face à participação verificada bem como aos estudos mais recentes em curso para a acessibilidade ao novo aeroporto na BA6- Montijo, foi elaborado o Relatório de Ponderação nos termos do n.º 6 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJGT), com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio que se junta em anexo.
19. Em contacto direto, foram realizadas reuniões de técnicas de esclarecimento com os interessados (Baluarte – Sociedade de Recolha e recuperação de desperdícios, Lda., actualmente designada por Saica Natur Portugal, Lda. e

Hortícolas Saturnino, Lda.) no sentido apresentar as principais alterações entre a proposta e a versão final da Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas.

20. A Alteração pontual do PDM não contém quaisquer disposições desconformes ou incompatíveis com programas setoriais, especiais ou regionais pelo que não está sujeita a ratificação nos termos do n.º 2 do artigo 90.º e do artigo 91.º do RJIGT.
21. A proposta final de Alteração pontual do PDM é aprovada, mediante proposta apresentada pela Câmara Municipal, por deliberação da Assembleia Municipal de Alcochete nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo do disposto da al. ccc) do n.º 1 do art. 33.º e nas als. g) e h) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sendo este último diploma aplicável por via da remissão operada pelo n.º 2 do artigo 12.º do Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas (RERA) aprovado pelo DL n.º 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública datado de 10 de Setembro relativo à Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas;
- b) Aprovar a minuta de aviso em anexo referente à deliberação sobre a divulgação dos resultados da discussão pública relativa à Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas.
- c) Aprovar a versão final em anexo da Alteração pontual do PDM no âmbito do RERA – Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas com inclusão das alterações previstas no Relatório de Ponderação da Discussão Pública datado de 10 de Setembro;
- d) Enviar à Assembleia Municipal para aprovação a versão final da Alteração pontual do PDM nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa e ao abrigo do disposto nas als. g) e h) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei 7-A/2016, de 30 de março, e pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, bem como, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprovou o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sendo este último diploma aplicável por via da remissão operada pelo n.º 2 do artigo 12.º do Regime Especial de Regularização de Atividades Económicas (RERA) aprovado pelo DL n.º 165/2014, de 5 de Novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho.

À consideração superior.

O Técnico

□□□□/□□/□□

Rui Marrafa (Arqº)

Despachos:

O Chefe da Divisão

□□□□/□□/□□

Vitor Carvalheira (Eng.º)

O Presidente da Câmara

□□□□/□□/□□

Fernando Pinto